

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

ANA MARIA DE ALMEIDA CAMPOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS

Brasília, 2005

Ana Maria de Almeida Campos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB
como parte das exigências para
conclusão do Curso Pedagogia –
Formação de Professores para as
Séries Iniciais do Ensino Fundamental
– Projeto Professor Nota 10.

Orientadora: Ciomara Schneider

Brasília, 2005

A Deus, por iluminar minha vida,
aos meus filhos, a minha mãe, ao
meu compadre, que muito me
auxiliou, e a todos que me
cercam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, todo poderoso, fonte de luz, que sempre está a meu lado, em todos os momentos da minha vida.

A minha mãe, exemplo de força e de coragem, que sempre nos orientou a andar no caminho certo, não medindo esforços para nos criar e fazer com que nos tornássemos pessoas de verdade. A essa grande mulher.

A minha orientadora, Ciomara Schneider, que muito me ajudou na concretização deste trabalho.

As minhas filhas, que tanto merecem minha devoção.

A todos os que estiveram ao meu lado nessa longa jornada.

“Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro.”

Maria Teresa Égler Mantoan (2005)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo compreender o processo de inserção de alunos Portadores de Necessidades Especiais nas séries iniciais do Ensino Regular. Para tanto, esta pesquisa constituiu uma abordagem qualitativa sobre a Educação Inclusiva. A observação foi o fio condutor da análise. A partir do convívio direto com alunos Portadores de Necessidades Especiais, realizou-se um estudo de caso, em que foram narradas situações vivenciadas em sala de aula. Apesar de estar clara a evolução da Educação Especial até chegar às idéias recentes da Escola Inclusiva. Pouco se tem feito em relação à necessidade de formação da consciência crítica do professor que possui um papel fundamental enquanto administrador do processo educacional. Portanto, o êxito ou o fracasso de cada aluno na escola não é de responsabilidade apenas do professor, e sim de todo um corpo docente, envolvido em compartilhar a educação com os pais e a comunidade, assumindo uma participação ativa no trabalho da escola, embasado num currículo voltado para a realidade dos alunos. Enquanto professores, deve-se preocupar em fazer uma reflexão vinculada à interação, à autonomia, à socialização e à participação das crianças em brincadeiras e atividades lúdicas, onde não exista espaço para a rejeição às diferenças. Torna-se necessário que se avalie as aplicações dos recursos públicos, como humanos, tecnológicos e financeiros, assim como organizações e serviços, agravando o processo de mudanças, devido à lentidão do processo de inclusão e à desobediência das redes de ensino e das escolas. No cumprimento da lei, o problema é ainda maior do que em relação à capacitação profissional adequada, a autonomia do serviço de apoio é necessária, devendo haver um maior interesse pela rede pública de ensino.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, aluno Portador de Necessidades Especiais, capacitação profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. REVISÃO DE LITERATURA	09
2. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	14
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS	15
4. PARTICULARIDADES DO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	27
5. SUGESTÕES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA	30
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

INTRODUÇÃO

No Brasil, com o passar dos anos, a área de Educação Especial teve grandes avanços até que se chegasse ao termo inclusão, uma nomenclatura que demonstra seu significado e sua adequação ao momento do sistema educativo. Profissionais da educação tiveram que ser preparados adequadamente para atender às necessidades dos alunos com alguma deficiência. Família, escola e comunidade também tiveram que se adaptar ao modelo inclusivo. Políticas públicas foram introduzidas para que se pudesse realizar a inclusão de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais em escolas de ensino regular.

O Brasil tem hoje quase 3 milhões de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. Como qualquer cidadão nessa faixa etária, eles têm o direito de estudar. E é exatamente para assegurar esse direito que surge a chamada Educação Inclusiva, cuja visibilidade tem sido impulsionada por meio de ações governamentais. Segundo os princípios da inclusão, não é a criança com deficiência que deve ser preparada para o convívio nas escolas tradicionais, mas a sociedade é que deve estar cada vez mais apta à recebê-la. (ANDI, 2003)

Apesar de algumas resistências, baseadas mais na pouca ou nenhuma informação acerca da Educação Inclusiva, tivemos significativos avanços nesse processo. O número de alunos portadores de necessidades especiais que freqüentam as escolas aumentou sensivelmente nos últimos anos.

Para que haja uma maior conscientização sobre a inclusão desses alunos no sistema regular de ensino, é preciso haver esforços de todos os lados, ou seja, escola, família e sociedade devem trabalhar conjuntamente.

O desenvolvimento pleno do aluno e o exercício da cidadania são efetivados quando se há oportunidade a todos. Nesse sentido, a Educação Inclusiva só vem a acrescentar à vida dos indivíduos portadores de necessidades especiais e, ao mesmo tempo em que são atendidas as suas necessidades no âmbito escolar, oferece-se também a oportunidade de crescimento e de aprendizagem múltiplas, em que todos os alunos são atendidos sem que ocorra prejuízo a algum deles.

Assim, para entendermos mais sobre Educação Inclusiva, esta pesquisa norteia as seguintes questões: no que consiste a Educação Inclusiva? O que vem a ser uma pessoa com necessidades especiais? Qual o tipo de preparação necessária ao professor para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais? Qual o ambiente escolar necessário ao atendimento desses alunos? Estes e outros questionamentos nos permitem analisar a temática com maior apuro e contribuir para que a escola seja um lugar que respeite as diferenças e sirva a todos.

1. REVISÃO DE LITERATURA

Hoje, o tema inclusão é algo amplamente discutido nos mais variados setores da sociedade. Uma sociedade inclusiva requer mudanças, sendo assim, o sistema educativo precisa oferecer condições para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso igualitário ao ensino, pois a educação é para todos. Com efeito, muito tem se falado sobre a inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino regular.

O movimento inclusivo no Brasil tem gerado inúmeros estudos, como os realizados pela educadora Maria Teresa Mantoan, que desde 1988 é professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Esta educadora é uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil. Em sua perspectiva, é por meio da escola que se constrói uma sociedade justa e igualitária.

A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação. (MANTOAN, 2005, p.25)

Discussões sobre inclusão são recorrentes já há alguns anos. Um novo paradigma educacional, voltado para a inovação, fez com que se repensasse a estrutura escolar e a prática pedagógica. Mas, primeiramente, precisamos compreender o que vem a ser inclusão.

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p.24)

Vários foram os avanços sociais até que chegássemos ao processo de inclusão. Antes disso, o termo integração era comumente utilizado para caracterizar a inserção de portadores de necessidades especiais na sociedade.

Tanto a integração quanto a inclusão constituem formas de inserção social das pessoas com deficiência. Mas a prática da integração – definida mais claramente nas décadas de 60 e 70 – era baseada no "modelo médico", cuja proposta objetiva modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência, para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental).

Já a prática da inclusão, que se inicia na década de 80 e se consolida nos anos 90, vem seguindo o "modelo social", segundo o qual nossa tarefa é modificar a sociedade para torná-la capaz de acolher a todas as pessoas que possuem deficiências, de forma a atendê-las em suas necessidades comuns e/ou especiais. (ANDI, 2003)

Vemos que, na integração, o aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais seria aceito na sociedade escolar desde que se adaptasse ao sistema. Sendo assim, a integração só ocorria quando esses alunos, por seus próprios méritos, se integrassem ao ensino regular. Deste modo, grande parte deles ficavam de fora da escola ou eram segregados em outros tipos de atendimentos feitos em escolas especiais, em muitos casos, tais alunos não passavam das séries iniciais.

No caso da inclusão, a sociedade escolar é que tem de se preparar para receber o aluno portador de necessidades educacionais especiais. Para tanto, é preciso uma reestruturação da escola em todos os níveis, desde a atuação de educadores até o ambiente escolar.

Para Ferreira e Guimarães (2003), abordar o tema inclusão também é falar de exclusão, pois, por muitos anos, o sistema educacional excluiu os portadores de deficiência. Não havia espaço para o aluno deficiente no ensino regular, ao mesmo tempo, estes eram segregados nas escolas tidas como especiais. Por um longo período, as classes especiais transformaram-se em verdadeiros depósitos não só de pessoas com deficiência, mas de todos os que não se enquadram no “padrão imaginário do aluno normal”, dizem as autoras.

Ainda segundo as autoras, a idéia de exclusão tem sido combatida com maior fervor desde a década de 1960. Com efeito, a questão da integração tomou

força e tem sido muito debatida, sendo responsável pela mudança do paradigma da exclusão social. A prática da integração dessa época, baseado no “modelo médico da deficiência”, em que a pessoa deficiente deveria ser modificada para se tornar apta aos padrões sociais, hoje, tem um caráter mais amplo, o de que a integração propicie ao indivíduo o mesmo ensino regular que os alunos tidos como “normais”.

Atualmente, “o conceito de educação integrada relaciona-se à noção da escola como espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar resposta a sua individualidade, a sua diferença”, conforme afirmam Ferreira e Guimarães (2003, p.111).

Nesta linha de raciocínio, vemos o quão importante é creditar ao aluno com deficiência a oportunidade de levar uma vida como a de qualquer outra pessoa, com seus horários, responsabilidades, anseios, oportunidade de escolha, enfim, ter uma rotina adequada as suas necessidades. Mesmo com suas limitações, as pessoas com deficiência têm os mesmo direitos que outra. Por isso, a escola precisa oferecer-lhes condições para que suas potencialidades sejam desenvolvidas, dando-lhes a chance de levar a vida da forma mais natural possível.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), a inserção de crianças com deficiência no ensino regular revela duas opções: *mainstreaming* e inclusão. A primeira diz respeito aos alunos que conseguem acompanhar aulas comuns, sendo assim, tem direito à educação e sua formação é adaptada as suas necessidades específicas, podendo ser inseridos desde em classes regulares até em escolas especiais. Já a inclusão não se prende somente àqueles que apresentam alguma deficiência, acolhe também qualquer aluno que manifeste dificuldades na escola.

“A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos” (MANTOAN, 2005, p.25).

Uma das idéias mais interessantes da inclusão é o fato de que ninguém fica de fora do sistema escolar. A escola deve estar preparada para receber alunos com necessidades especiais, por meio de um planejamento individualizado

e suporte psicoeducacional, para que haja o desenvolvimento pleno de cada educando.

Ferreira e Guimarães (2003, p.119) ainda dizem que “é importante notar que a inclusão é uma modalidade de educação para TODOS, com um ensino especializado no e para o aluno”.

Nessa perspectiva, inferimos que a educação, por meio de métodos adequados e professores comprometidos com a inclusão, pode levar o portador de necessidades educacionais especiais a formar conhecimentos e a desenvolver atividades que são utilizadas em seu dia-a-dia. Não se pode mais admitir a visão deturpada de anormalidade, incapacidade e imutabilidade que se tinha do portador de necessidades especiais, que mascarava as verdadeiras potencialidades dessas pessoas. E uma educação que revele sua verdadeira essência, acolhendo a todos sem distinção alguma, valorizando as particularidades de cada um e procurando estimular suas potencialidades, para um desenvolvimento individual e integral do indivíduo, deve fazer parte da escola moderna.

Conforme destacam Ferreira e Guimarães (2003, p.126), “a escola deve e precisa ser um espaço de permanente e contínuo desenvolvimento”. Outro ponto ressaltado pelas autoras é o fato de que sociedade, escola, aluno e professores, em suas inter-relações, é que conduzem o ensino/aprendizado, sendo que o sistema educacional, no interior das relações sociais, pode desenvolver ações significativas para o desenvolvimento pleno do educando.

(...) é importante refletir que o homem é o resultado da ação de transformação da realidade e de sua adaptação a ela, segundo a consciência de sua capacidade de transformá-la e transformar a si mesmo. Daí advêm os princípios de que educar é um processo que permite ao homem chegar a ser o sujeito de sua própria ação, em harmonia consigo, e não apenas como objeto de outros sujeitos. Esse é o caminho e o meio para que o homem possa construir-se como pessoa, em termos de ‘ser’, e não de ‘ter’. (FERREIRA & GUIMARÃES, p.131)

Tais discussões devem fazer parte do pensamento de todos nós educadores, especialmente quando se trata de inclusão e da garantia plena à educação. Precisamos aceitar o desafio da inclusão, pois várias são as barreiras enfrentadas tanto de portadores de alguma deficiência, na vida diária, quanto de educadores que tentam fazer da inclusão algo real e construtivo. É bem verdade que muitos educadores ainda devem transpor as barreiras de uma formação

seletiva, pois precisam ter em mente que somos seres em constante transformação. Por isso, temos que estar capacitados a lidar com as diferenças e tratá-las conforme suas peculiaridades, utilizando nossa criatividade e versatilidade no ensino, fazendo com que, pela inclusão, os Portadores de Necessidades Especiais exerçam plenamente a cidadania.

2. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A partir do trabalho que desenvolvi com alunos Portadores de Necessidades Especiais, é que surgiu a idéia de escrever sobre este tema tão relevante. Como educadora, sinto-me co-participante do processo de aprendizagem dessas crianças. Por isso, percebi a importância de conhecer a fundo a questão da inclusão, num momento em que a educação parece tentar reencontrar sua essência, uma educação para todos.

A pesquisa constituiu uma abordagem qualitativa sobre a Educação Inclusiva. A observação foi o fio condutor da análise. A partir do convívio direto com alunos Portadores de Necessidades Especiais, realizou-se um estudo de caso, em que foram narradas situações vivenciadas em sala de aula, durante o ano letivo de 2004.

Foram observados dois casos distintos de deficiência física, em que as crianças, com faixa etária de 9 anos, freqüentavam a 3ª. série do ensino regular, numa Escola Classe da Rede Pública de Ensino, situada em Sobradinho – DF. O primeiro caso é o de uma aluna que nasceu com os membros inferiores e superiores atrofiados. O segundo é o de uma aluna que, aos três anos de idade, teve uma semiparalisia que comprometeu os membros superior e inferior direito.

O desenvolvimento desta pesquisa teve o intuito de obter elementos suficientes que pudessem nos trazer a apreciação do quadro da Educação Inclusiva. A partir daí, foi possível propor sugestões que melhor atendam os alunos Portadores de Necessidades Especiais, tanto no âmbito físico da escola como na prática pedagógica.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

O termo inclusão, no âmbito educacional, de acordo com o Programa de Capacitação de Ensino Fundamental EAD/ FESP RJ – Educação Especial (1998, p.113), “é a inserção plena e incondicional do aluno Portador de Necessidades Especiais, incluindo os distúrbios severos e com múltiplas, deficiências, na classe regular, desde o início de sua escolarização”.

Este e outros conceitos sobre inclusão que temos acompanhado percorrem um mesmo sentido quando se trata de Educação Especial, o que favorece a compreensão do termo, motivo de discussões no meio docente e no sistema escolar como um todo, num momento em que a inclusão deve fazer parte do processo educacional. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, a Educação Especial é assim definida:

Modalidade da educação escolar. Processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (PCN - Documento Adaptações Curriculares para Educação Especial, 2001, p. 21)

Sendo assim, há muitas reflexões em torno do tema incluir, o que faz com que o professor, na figura de pesquisador e de construtor de novos conhecimentos, possa aderir e ter a oportunidade de repensar o fazer pedagógico em tempos de inclusão.

O tema inclusão é complexo, pois ainda hoje a “deficiência” não é encarada de forma natural, causa incômodo e mobiliza questões internas dos indivíduos, que ocasionam efeitos e desdobramentos difíceis de serem analisados. No entanto, é preciso pensar numa participação real de TODOS na sociedade. Não se pode pensar também que a educação inclusiva é só para crianças com deficiência, há outros tipos de excluídos. Ou seja, quando se fala em inclusão educacional, devemos ter uma visão mais ampla sobre o assunto.

Na história da inclusão brasileira, as relações com a camada da população constituída de pessoas portadoras de necessidades especiais foram modificando-se em decorrência de políticos e econômicos, no que tange ao conhecimento científico em cada época.

(...) o primeiro paradigma formal identificado no país em relação a esta questão foi denominado paradigma da institucionalização, caracterizado pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e por sua manutenção em instituições residenciais segregadas. (SOUSA et al 2004, p.118)

Segundo os referidos autores, a primeira dessas instituições foi criada em 1854, por D. Pedro II, no Rio de Janeiro, e era denominada Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamim Constant/IBC. Três anos mais tarde, foi inaugurado, também no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos-Mudos, agora, Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES. Tais instituições foram criadas a partir da ajuda de amigos ou de pessoas próximas ao Imperador, que prontamente atendeu às solicitações em consideração aos laços de amizade com essas pessoas.

A prática do favor, da caridade, tão comum no país naquela época, instituiu o caráter assistencialista que permeou a atenção à pessoa com deficiência e à educação especial, em particular, desde seu início. As instituições que recebiam esses indivíduos foram gradativamente assumindo uma natureza de asilos, destinados ao acolhimento de pessoas inválidas. (ibidem)

Com a Proclamação da República (1889), houve um grande avanço em relação ao ensino, pois muitos profissionais que haviam estudado na Europa retornaram para o país com idéias revolucionárias. Em 1906, no Rio de Janeiro, as escolas públicas passaram a atender alunos com deficiência mental. Depois, em 1911, criou-se o Serviço de Higiene e Saúde Pública do Estado de São Paulo, que trabalharia junto ao Serviço de Educação, na defesa da Saúde Pública, tendo em vista o objetivo de comum de inspeção médico-escolar. Januzzi (1985, apud SOUSA et al 2004), em 1912, instalou-se o Laboratório de Pedagogia

Experimental ou Gabinete de Psicologia Experimental, na Escola Normal de São Paulo, que atualmente é a Escola Caetano de Campos. Em 1917, estabeleceram-se as normas de seleção de “anormais”, visto que havia, na época, uma preocupação de eugenia da “raça”.

Muitas foram as instituições que se proliferaram no país, a partir do século XX, em especial na década de 20, com entidades de natureza privada e de caráter assistencial. Em se tratando do ensino público, a educação era estendida, a princípio, somente aos deficientes mentais. Com isso, foram estabelecidas normas e o atendimento foi centralizado.

Nesse contexto, determinava-se que as crianças com deficiência mental fossem encaminhadas a uma educadora sanitária, que devia assegurar que a escola só aceitasse as crianças em destaque caso elas não atrapalhassem o bom andamento da classe. Cabe mencionar que a educação especial, tomando de empréstimo os procedimentos da Medicina, adotou como núcleo e objetivo central a cura e a reabilitação, em vez da construção do conhecimento e, por consequência, a busca de eficiência nos processos de ensino, propriamente ditos. (ARANHA, 2000, apud SOUSA et al 2004, p.119)

Essa era uma visão que mais segregava os indivíduos do que contribuíam para seu pleno desenvolvimento como pessoa e educando. Em 1942, no 1º Congresso Nacional de Educação de Saúde Escolar, foi recomendada a criação de classes especiais, que deveriam conter um número reduzido de estudantes para atender aos alunos-problema, haja vista que a deficiência mental constituía um grande empecilho à redução do número de repetentes, conforme afirma Aranha (2000 apud Sousa et al, ibidem).

Na década de 50, continuou a crescer o número de entidades assistenciais privadas, também houve um aumento do número de pessoas atendidas na rede pública. Essas entidades assistenciais voltaram-se para federações estaduais e nacionais. Por outro lado, o sistema público passou a oferecer Serviço de Educação Especial, nas Secretarias Estaduais de Educação. Também foram realizadas Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura.

A partir da década de 60, houve uma mudança de paradigma. Surgiram centros de reabilitação que atendiam a todos os tipos de deficiência, orientados pelo paradigma de serviços. O novo pensamento era o de integrar a pessoa com

deficiência na sociedade, em todos os setores. Carvalho (1996, apud SOUSA et al, 2004) diz que essa integração objetivava o ensino conjunto de crianças “normais” com portadores de deficiência; o foco do ensino eram as aptidões que alunos deficientes deveriam adquirir para freqüentarem o ensino regular.

Em 1971, o Ministério da Educação e Cultura criou um Grupo-tarefa para tratar da questão da Educação Especial. Houve então a proposta de se criar um órgão autônomo que tomasse conta dessa modalidade. Assim, a Lei n.º 5.692/71 introduz uma visão tecnicista para lidar com a deficiência nas escolas. No mesmo ano, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a "Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental". Em 1975, aprovou a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes".

Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes
Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em
09/12/75

A Assembléia Geral

Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas, no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos devida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social.

Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta.

Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes.

Enfatizando que a Declaração sofre o desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental.

Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover, portanto, quanto possível, sua integração na vida normal. Consciente de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja

utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

§1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

§12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

§13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deveriam ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração. (SOUSA et al 2004, p.120)

Também o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 848/72 demonstra a relevância da implementação de técnicas e serviços especializados para atender aos alunos tidos como "excepcionais". Já o Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974) incluiu a Educação Especial como uma das prioridades educacionais (Projeto Prioritário n.º 35).

Já na década de 70, houve o princípio da "normalização". O princípio da normalização defendia a existência de uma "condição normal", que era representada pelo maior percentual de pessoas na curva da estatística de normalidade, e uma "condição de desvio", revelada em uma parcela dessas pessoas. Segundo Sousa et al (2004) havia três parâmetros: **Normalidade**: definida pelo padrão médio de uma população dentro do modelo estatístico; **Condição de desvio**: estabelecida por um padrão de pessoas com comportamento desviante; **Comportamento desviante**: pessoas que apresentavam uma característica distinta das demais tidas como "normais".

A década de 80 foi muito importante para a educação inclusiva. O ano de 1981 foi eleito pela Organização das Nações Unidas/ONU como "Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência". Por conseguinte, houve outras discussões que resultaram na aprovação do Plano de Ação Mundial para a Pessoa Portadora de Deficiência/PAM (1982).

A partir daí, surgiram outras entidades de luta pela inclusão de portadores de necessidades especiais. A Organização Mundial de Saúde/OMS reformulou conceitos deficiência.

Deficiência (impairment) - diz respeito a uma anomalia de estrutura ou de aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou

sistema, independentemente de sua causa, tratando-se, em princípio, de uma perturbação de tipo orgânico.

Incapacidade (disability) - reflete as conseqüências de uma deficiência no âmbito funcional e da atividade do indivíduo, representando, desse modo, uma perturbação no plano pessoal.

Desvantagem (handicap) - refere-se às limitações experimentadas pelo indivíduo em virtude da deficiência e da incapacidade, refletindo-se nas relações do indivíduo com o meio, bem como em sua adaptação ao mesmo. (SOUZA et al, 2004, p.122)

A Constituição Brasileira de 1988 contribuiu significativamente na discussão, ao dedicar vários dispositivos à proteção das pessoas portadoras de deficiência, como o Art. 208, inciso III, que prevê: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Com as devidas pressões da sociedade, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/ CORDE, órgão do Ministério da Justiça, decreto 93.481, de 29 de outubro de 1986. Esta entidade ficou responsável pela formulação da política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Depois, a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, disciplinou, entre outros pontos, o “apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, bem como a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas”.

Em 1990, surge o movimento em prol da sociedade inclusiva, que foi iniciado pela Organização das Nações Unidas, que defendia uma sociedade para todos. Tal fato configurou a normativa universal em defesa da implementação da inclusão, por meio de vários documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério Público Brasileiro.

Mas foi em 1994, por conta do Encontro de Salamanca, na Espanha, que foram desencadeadas várias ações inclusivas, no âmbito educacional. Este encontro resultou na elaboração do documento Declaração de Salamanca, assinado por diversos países, que determinou a transformação das instituições educacionais em “escolas para todos”, tendo como princípio a inclusão de todo aluno na escola.

Antigamente, a integração propunha uma visão assistencialista, em que o professor treinava o aluno com deficiência para que este alcançasse as mesmas habilidades de um aluno tido como normal. Hoje, com a Declaração de Salamanca, “espera-se que o professor tenha, em seu processo formativo, a visão integral do desenvolvimento, em que o sujeito aprendente seja considerado como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio-histórico e cultural”, conforme afirma Sousa et al (2004, p.125).

Os ideais apresentados até aqui indicam que houve uma evolução no quadro da educação inclusiva. Nesse sentido, pressupõe-se que a escola precisa acolher a todos, indistintamente, com ou sem “deficiência”, respeitando as peculiaridades de cada um, o que pode proporcionar uma melhoria na qualidade do ensino, da aprendizagem e da formação do aluno. Saber lidar com as diferenças é saber relacionar-se, é enxergar os outros não só pela película que os reveste, mas sim pelo que trazem em si, em sua essência.

A noção de inclusão institui a inserção de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na “corrente principal”. A meta principal da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. (MANTOAN, 1997, p.121)

Deste modo, é preciso entender que o que se chama de diferença nada mais é do que uma peculiaridade do ser e precisa ser respeitada. A escola não pode nunca estar envolvida num pensamento de segregação, deve sim acolher a todos, dando-lhes as mesmas oportunidades de desenvolverem o conhecimento, formando-os como pessoas e cidadãos participantes em sociedade.

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, *ibidem*).

Para isso, precisamos, primeiramente, pensar que todos são capazes, e os portadores de necessidades especiais se incluem nisso, basta que seja desenvolvido esse potencial. E a escola é o caminho adequado para que desenvolvamos nossa capacidade e a usemos em prol de todos.

É preciso trabalhar no sentido de desenvolver no aluno consciências críticas, autônomas e criativas, que possam também edificar uma sociedade mais justa, que tenha em sua essência a solidariedade e o respeito pelo outro.

Em continuidade à discussão sobre Educação Inclusiva, o assunto também percorre uma linha de investigação voltada para o que Ferreira e Guimarães (2003) chamam de Era das Relações. As referidas autoras acreditam ser importante reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos de uma política educativa que tenha em vista uma educação com responsabilidade social.

Na visão de Hugo Assmann (1998, *apud* FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.135-136), hoje, existe o que se pode chamar de Era das Redes: “No bojo das novas tecnologias estariam chegando inéditas chances de ampliação efetiva da solidariedade universal entre os seres humanos”. Essa concepção traduz um novo momento da educação, em que, na tecnologia, encontram-se os elementos necessários para que as relações humanas se fortaleçam. Por assim dizer, as referidas autoras destacam que a hipertextualidade, a conectividade e a transversalidade como características da Era das Redes, devendo ser usadas em proveito da educação e da solidariedade.

Nesse sentido, a educação deve acompanhar esse novo paradigma, despertando na criança a consciência de unidade, que possa ser utilizada, durante a aprendizagem, como um meio para que ela possa compreender o ser humano como uma unidade que integra corpo e mente. Desta forma, dizem as autoras, é preciso compreender a si mesmo para, depois, transformar-se. Uma educação global deve saber lidar com qualquer tipo de diferença, daí a importância de serem inseridos novos métodos, novos valores, novas práticas educacionais, com profissionais que também adotem uma nova postura, para que a educação dada na escola seja refletida em toda a sociedade. “É a era da autoconsciência, do respeito ao espírito humano, às diferenças e à diversidade cultural” (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.137).

Essa Era das Relações, conforme sustentam as referidas autoras, requer que a educação esteja envolvida numa nova ecologia cognitiva, traduzida em novos ambientes de aprendizagem e que estes dêem preferência à transmissão de informações, por meio de “novas instrumentações eletrônicas ou tecnologias da inteligência, do crescimento e da formação, voltados para a construção do conhecimento e o desenvolvimento da aprendizagem humana” (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.137).

Hoje, o conhecimento é o grande diferencial na vida do homem, haja vista a grande competitividade em todos os setores da sociedade. Assim, a escola, assim como os outros setores, precisa investir em crianças, jovens e adultos, preparando-os para novos conhecimentos e novas tecnologias. Nesta linha de raciocínio, entra em questão o papel do professor para a aquisição e transmissão de conhecimento por parte do indivíduo: “É preciso que o professor competente e valorizado encontre prazer de ensinar para que possibilite o prazer de aprender, pois a má qualidade de ensino provoca um desestímulo na busca do conhecimento” (WEISS, 2001, apud FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.138). Isso, em prol da formação do ser, sendo respeitadas as diferenças. Uma educação compreendida deste modo será capaz de criar a sensibilidade necessária para reorientar a humanidade.

Vejamos o que diz a legislação a respeito, a Constituição Federal de 1988, art. 208º, Estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mantém a divisão do ensino regular e especial, admitindo a possibilidade de substituição do regular pelo especial. O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece diretrizes na área de educação, embora não seja inovador, pois repete os termos da Lei 7.853 e da LDB, mantendo a divisão do ensino regular e especial. Já a resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, defende a implementação de escolas inclusivas, no intuito de que haja uma sociedade que acolha a diversidade humana e as diferenças individuais, ainda que admitindo escolas especiais e classes especiais, mesmo que extraordinariamente, e em caráter temporário.

Da Educação Especial

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96)

A Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003, dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências:

Art. 1º Fica estabelecido o modelo de Educação Inclusiva em todas as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança.

§ 2º A partir da regulamentação desta Lei, serão obedecidos os seguintes prazos e percentuais mínimos de escolas da rede pública de ensino a desenvolverem a Educação Inclusiva:

- I - em até seis meses, (10%) dez por cento das escolas;
- II - em até doze meses, (20%) vinte por cento das escolas;
- III - em até vinte e quatro meses, (40%) quarenta por cento das escolas;
- IV - em até trinta e seis meses, (70%) setenta por cento das escolas;
- V - em até quarenta e oito meses, (100%) cem por cento das escolas.

§ 3º A exigência de cumprimento dos prazos de que trata o parágrafo anterior fica condicionada à garantia, pelo Poder Executivo, das condições adequadas ao desenvolvimento da Educação Inclusiva, definidas nesta Lei.

§ 4º Fica a rede de ensino público do Distrito Federal autorizada a manter escolas especiais em escolas do ensino regular, para atendimento a casos excepcionais em que seja esse o procedimento mais recomendável.

Art. 2º Respeitado o disposto no art. 1º, § 2º; cabe ao Poder Executivo do Distrito Federal garantir:

- I – acessibilidade dos alunos portadores de deficiências, por meio de adaptações do espaço físico necessárias à Educação Inclusiva;
- II – formação continuada para os professores da Educação Básica, que atuarem na Educação Inclusiva;
- III – recursos humanos, materiais e equipamentos especializados para os serviços de apoio ao desenvolvimento da Educação Inclusiva.

Art. 3º Cabe às escolas da rede pública de ensino definirem em seu projeto educacional:

- I – o sistema de apoio especializado, em consonância com as orientações pedagógicas oficiais, específicas para a Educação Inclusiva;
- II – as adaptações curriculares no âmbito da escola, da sala de aula e do aluno portador de deficiência individualmente;
- III – os procedimentos e instrumentos de avaliação, adequados às adaptações curriculares, necessários ao desenvolvimento da Educação Inclusiva;
- IV – a organização específica de sua estrutura e funcionamento para atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos participantes da Educação Inclusiva.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias, após a publicação desta Lei, para a sua regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 10.11.2003

Lembremos que esse novo paradigma educacional requer empenho de todos os envolvidos na educação para que dê certo. Escola, professores, sociedade, autoridades competentes, todos precisam abraçar a causa da inclusão de forma ativa, apropriando-se com veemência do que diz a Constituição de 1988,

uma educação igualitária e para todos, e colocar isso prática. “Uma sociedade em que caibam TODOS só será possível num mundo no qual caibam muitos mundos” (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.141).

4. PARTICULARIDADES DO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Neste capítulo passaremos a discutir sobre as particularidades do Portador de Necessidades Educacionais Especiais. É importante lembrar que cada pessoa é um ser único e traz em si suas peculiaridades. Conforme afirma Sousa et al (2004), a escola inclusiva, em vez de enfatizar a deficiência do aluno, precisa dar prioridade ao ensino e ao trabalho pedagógico, bem como às formas e condições de aprendizagem dos alunos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (Brasília, 1993), podem ser considerados alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais os que apresentam necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, que requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. A seguir, algumas definições e características a respeito.

Deficiência Mental

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que se origina no período de desenvolvimento, existindo, concomitantemente, com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou de capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho (associação Americana Deficiência Mental/ 1992).

Deficiência Visual

Redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após correção ótica.

Deficiência Auditiva

É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

Deficiência Física

Variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora ou da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de má formação congênita ou adquirida.

Deficiências Múltiplas

Associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiência primárias (mental, visual, auditiva e física) com comprometimento que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Condutas Típicas

Manifestações comportamentais típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento educacional especializado.

Altas Habilidades

Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: a capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora. (MEC – Ministério da Educação e Cultura, 1998)

Em muitos casos, a visão que se tem dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais é com relação ao que lhes confere a “diferença” e ao que lhes falta, aspectos que são, infelizmente, evidenciados em discursos estigmatizadores. No entanto, se esses indivíduos forem vistos em sua “deficiência” de uma forma global, suas limitações podem ser minimizadas, mesmo porque, eles possuem outras potencialidades, que podem e devem ser desenvolvidas.

O professor que vê o aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais apenas como uma “deficiência”, como quem não apresenta um ideal perfeito para a sociedade, acaba nem mesmo cogitando uma identificação com essa pessoa, e a consequência é a discriminação, que acontecerá naturalmente. Compreende-se a visão de fragilidade do aluno como uma barreira para sua inserção na sociedade escolar, e esta é determinada sobre a prática de total negação social.

Os estigmas que tem tido certa amplitude na presente Educação Inclusiva não geram altas expectativas para o sucesso da inclusão. Essa resistência ao ensino inclusivo reflete diretamente na vida não só do aluno, mas também da família que, por sua vez, vê-se excluída da sociedade e vendo seus filhos serem obrigados a retroceder no tempo, sendo segregados, ou a própria casa ou, quando muito, fazendo com que acabem em escolas especializadas.

A ruptura do vínculo social não é prevista na Educação Inclusiva, pelo contrário, a integração é fundamental nas escolas e na sociedade. As barreiras que são colocadas para o Portador de Necessidades Educacionais Especiais na escola regular são, em geral, derivadas de certos juízos antecipados sobre tais

alunos, mesmo sem serem confirmadas no cotidiano, pois ainda se mantém viva a imagem de doentes. Ao se manter dessa forma inabalada, mesmo tendo como suporte o argumento da razão, passa a ser considerado como um preconceito.

5. SUGESTÕES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Apesar de considerar o sistema de inclusão social um grande passo para a democratização do ensino, mesmo que muitos educadores se mostrem dedicados e comprometidos, ainda não se atingiu o objetivo principal proposto pela SEEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal sobre a Escola Inclusiva.

A formação de professores sempre será importante em todo o processo de ensino-aprendizagem. Principalmente em relação à capacitação dos professores que atuam com turmas inclusivas, para que os mesmos possam atender de maneira adequada esse aluno.

A atuação do professor capacitado em Educação Inclusiva, no cotidiano escolar, deve ser desenvolvida com competências que auxiliem a identificar as Necessidades Educacionais Especiais, definindo e implementando estratégias no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

No convívio diário, o professor perceberá as Necessidades Educacionais Especiais dos educandos, buscando uma maneira de adaptar sua prática pedagógica, flexibilizando-a com a proposta curricular.

O professor precisa desmistificar seu trabalho e popularizar seu saber, pois toda a equipe escolar deve ter um conhecimento sobre o aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais e, assim, contribuir na sua identificação e adaptação ao currículo. (JANGIRA, 1994)

Torna-se igualmente necessário abordar a política global da escola. Ela pode contribuir para proporcionar condições de apoio ao professor que pretende melhorar sua prática pedagógica.

Segundo a Secretaria de Educação Especial – SEESP (1998), há algumas sugestões que podem ser implementadas por professores para atender individualmente cada aluno no âmbito curricular, as quais sejam: os professores precisam ter um conhecimento sobre quem são os alunos, no que se referem às suas capacidades, aos seus conhecimentos e interesses, bem como em relação a sua experiência anterior; o professor precisa ajudar o aluno a atribuir um sentido pessoal às tarefas e atividades das quais participa; a participação e o esforço dos alunos devem ser estimulados nas aulas.

De acordo com o CENED – Centro de Educação a Distância (2005), as ações da administração escolar, da equipe técnica, dos educadores, das famílias e comunidade, de maneira geral, precisam se adequar às necessidades do indivíduo. Sendo assim, é prioritário que as escolas inclusivas adotem alguns critérios:

- **Espaço físico:** é preciso haver uma modificação do espaço físico: a sala de aula deve dispor de um novo arranjo pedagógico, com dinâmicas e estratégias de ensino para todos, complementação e adaptação curricular de acordo com as necessidades. O espaço precisa ser agrupado; eliminar barreiras arquitetônicas (escadas, depressões, falta de contraste e iluminação inadequada); o mobiliário e a seleção de materiais e jogos são extremamente importantes.
- **Projeto político-pedagógico:** deve contemplar todas as crianças, contendo no plano de ação o **quê, com e quando** ensinar e avaliar, possibilitando o máximo de individualização didática, proporcionando um contato o mais comum possível uma aprendizagem significativa.
- **Organização de agrupamento, didática, do tempo e espaço:** refere-se à organização e à introdução de recursos materiais didáticos específicos, com modificação de agrupamentos, do espaço, do tempo, da organização da rotina, das brincadeiras e das situações de aprendizagem.
- **Adaptações de objetivos e conteúdos:** é preciso realizar adaptações dos objetivos e conteúdos, tais como: introdução de jogos corporais para o domínio de movimentar; realização de atividades de comunicação e expressão, um brincar mais espontâneo no grupo, ouvir, contar mais histórias, trabalhar com dramatizações. Alguns objetivos e conteúdos podem precisar ser flexibilizados, ou serem eliminados, visando suprimir obstáculos para o avanço do grupo.
- **Modificações na temporalidade:** deve haver respeito ao ritmo próprio de cada criança: a depender da necessidade, algumas crianças podem levar mais tempo para atingir determinados objetivos ou realizar certas atividades.
- **Adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades:** é preciso fazer alguns ajustes em relação aos procedimentos metodológicos e didáticos, para que haja um melhor desenvolvimento do processo ensino-

aprendizagem. Algumas atividades que podem ajudar nesse sentido: formas de comunicação alternativas, conscientização de atividades mais complexas através da ação, de jogos, recursos de apoio visual, auditivo, gestual, gráfico e materiais de manipulação. Mas é necessário realizar a seleção das atividades, partindo sempre do simples para o complexo e do conhecido para o desconhecido; dar suporte para o aluno que demonstre maior dificuldade, modificando a maneira de realizar as atividades.

- **Adaptações avaliativas:** necessita ser processual e contínua para todos os alunos, devendo o professor observar e registrar, quanto ao desenvolvimento, intervenções realizadas, fornecendo informações sobre as necessidades específicas para a promoção do sucesso de aprendizagem.

Ainda segundo o CENED (2005), os procedimentos de adequação curricular destinados à classe devem constar na programação de aula do professor, tendo como exemplos:

- Na relação professor e aluno, consideram-se as dificuldades de comunicação do aluno, inclusive a necessidade que alguns têm de utilizar sistemas alternativos (língua de sinais, sistema Braille, sistema Bliss ou similares, entre outros);
- Uma relação entre colegas marcada por atitudes positivas;

Alunos agrupados de modo a promover relações sociais e favorecer o processo de ensino-aprendizagem;

- O trabalho da equipe escolar é realizado de forma cooperativa, interativa e bem definida, em termos de papéis, competência e coordenação;
- A organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula instituídos em relação à funcionalidade da prática pedagógica, com boa utilização e a otimização de recursos;
- Seleção, adequação e utilização dos recursos materiais, equipamentos e mobiliários que primem pela a aprendizagem de todos os alunos;
- A organização do tempo é feita considerando os serviços de apoio ao aluno e o respeito ao ritmo próprio de aprendizagem e desempenho de cada um;

- Na avaliação, consideram-se a diversificação de critérios, os instrumentos e procedimentos, levando em conta as diferentes situações de ensino e aprendizagem e individualidade dos alunos;
- Metodologias, atividades e procedimentos de ensino organizados e realizados em relação ao nível de compreensão e à motivação dos alunos; os sistemas de comunicação que utilizam, favorecendo a experiência, a participação e o estímulo à expressão;
- Planejamento organizado com atividades amplas, em diferentes níveis de dificuldades e de realização;
- Atividades realizadas de várias formas e com diferentes tipos de execução, em situações individuais e grupais, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua;
- Os objetivos são acrescentados, eliminados ou adequados para atender as peculiaridades individuais e grupais.

No entanto, é preciso lembrar que para que haja adaptações curriculares deve-se, primeiramente, identificar essa necessidade. Sendo assim, alguns aspectos vêm a ser considerados: se há uma real necessidade de adequação; avaliação do nível de competência curricular do aluno, tendo como referência o currículo regular; respeito ao caráter processual, permitindo alterações constantes e graduais nas tomadas de decisão.

A educação deve apoiar-se em quatro pilares, que precisam ser incorporados à prática pedagógica, sejam eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

Aprender a conhecer, combinando cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda vida.

Aprender a fazer, a fim de adquirir não somente uma qualificação profissional, mas, de maneira mais ampla competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências - no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. (MEC/Unesco, 1998, p.101-102)

Nesse sentido, para que o currículo escolar seja ainda mais enriquecido, lembremos que o envolvimento dos alunos em atividades lúdicas pode contribuir muito para o desenvolvimento da aprendizagem e das potencialidades dos mesmos. E, em se tratando de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, o lúdico pode estimular as várias potencialidades dessas pessoas, pois, a partir de jogos e brincadeiras, trabalha-se o corpo e a mente, que sendo bem estimulados só vêm a contribuir para a aprendizagem.

Sabe-se da importância do lúdico na educação, pois este é capaz de conduzir o aluno ao alcance de vários níveis de rendimento escolar. Entretanto, a inserção de jogos no trabalho escolar ainda é vista com reserva, talvez, por ainda não se ter compreendido a essência ou natureza dos jogos. Deste modo, argumenta-se que, por exemplo, tal mecanismo, quando utilizado para a aprendizagem, pode atrapalhar ou contradizer a seriedade do ato de estudar. É provável, pois, que a grande questão esteja relacionada à definição do que seja o “verdadeiro jogo”, que alguns desconhecem ou ignoram, mas que deve ser compreendida em sua totalidade.

O educador Almeida (2003) trata justamente da importância da atividade lúdica na formação da criança. O autor toma como norte a análise de características das fases do desenvolvimento da criança, numa aproximação à teoria da psicologia genética de Piaget (1985), buscando avaliar o envolvimento de jogos e brincadeiras em cada fase. Neste sentido, salienta que a inserção de jogos e brincadeiras em sala de aula pode contribuir para o rendimento do aprendizado da criança.

Trabalhos como os de Wallon (1879-1962) contribuíram para esclarecer a educação lúdica. O educador e psicólogo francês Henri Wallon, por exemplo, é

autor de obra relevante sobre o psiquismo infantil, ele justifica as mudanças da conduta na infância pela influência do meio e da atmosfera emocional.

Sabemos que o aprendizado é um processo complexo e requer que o indivíduo tenha um conjunto de pré-requisitos para que esteja preparado para assimilar e utilizar um ensinamento. E o desenvolvimento da criança é repleto de contradições e conflitos, resultantes da maturação e do contexto em que vive, podendo ter alterações qualitativas de comportamento.

A exemplo disso, Wallon (1975) centra seus estudos na criança em sentido contextualizado. Esta aparece num ritmo descontínuo do desenvolvimento, dado por rupturas, retrocessos e reviravoltas que provocam grandes transformações em cada uma das etapas.

Levar tais teorias à prática escolar é tarefa árdua, muitas escolas e profissionais ainda não estão preparados para lidar com alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, muito menos para utilizar o lúdico na aprendizagem, o que nos leva a uma reflexão acerca da atividade educativa como um todo. Hoje, muitas crianças têm dificuldades de aprendizagem, encontram-se desestimuladas, vêem na aprendizagem algo chato e demorado, entre outros casos. E o lúdico como parte da educação pode oferecer meios de resgatar a auto-estima de alunos que requeiram maior atenção e favorecer a aprendizagem.

Entretanto, há educadores que não têm consciência da importância dos jogos na educação, muitos deles não tratam desse assunto numa perspectiva social, afetiva, cultural, histórica e criativa que pode estimular o desenvolvimento global do indivíduo. Mas isso não é culpa só do profissional da educação, já que sua formação deve-se a um sistema que ainda está arraigado ao tradicionalismo.

Nas escolas, a brincadeira, em muitos casos, já foi abandonada, ou é usada apenas como parte de uma proposta didática, há momentos até em que é considerada como perda de tempo. Portanto, é preciso que a escola esteja munida de ações que dêem o devido valor aos jogos ou brincadeiras, com profissionais que concentrem os conhecimentos necessários para entender e interpretar tais atividades como peças importantes na construção do aprendizado da criança. Os educadores devem estar cientes da necessidade de se

desenvolver certos estímulos na criança, como motricidade, atenção e imaginação. E isso pode ser desenvolvido com o lúdico.

O certo é que em qualquer fase do crescimento humano nos deparamos com brincadeiras e jogos. Independente do indivíduo, sendo Portador de Necessidades Especiais ou não, tanto adultos quanto crianças necessitam de jogos e brincadeiras, quer seja para se socializarem ou para se desenvolverem física e intelectualmente. Por meio de jogos e brincadeiras, o Portador de Necessidades Educacionais Especiais é capaz de desenvolver suas potencialidades e decifrar os vários códigos da vida.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Para um maior aprofundamento na questão estudada, a partir de agora é feita um relato sobre dois casos distintos de deficiência física, de alunos da 3ª. série de uma Escola Classe da Rede Pública de Ensino, situada em Sobradinho – DF. Estes casos foram observados durante o ano de 2004, período em que duas alunas com deficiência física freqüentaram minha classe. Por questões éticas, os nomes das mesmas não são aqui revelados, sendo apenas identificadas por meio de códigos: Aluna 1 e Aluna 2.

O primeiro caso é o da Aluna 1, de 9 anos de idade, que nasceu com os membros inferiores e superiores atrofiados. A referida aluna freqüentava assiduamente as aulas, manifestando satisfação, interagindo mutuamente, liderando e aceitando liderança.

A Aluna 1 passou a freqüentar as aulas no mês de março de 2004, pois foi transferida de Curitiba – Paraná para Brasília – DF por causa de um tratamento que realizaria no mesmo período, no hospital Sarah Kubitschek. Em seu primeiro dia em sala de aula, logo que foi apresentada aos colegas, lembro-me bem que eles ficaram curiosos e, ao mesmo tempo, surpresos com a menina. Fizeram um monte de perguntas e foi até difícil começar a aula. Com o passar dos dias, a menina já demonstrava bastante socialização, participava das atividades em grupo, brincava com os colegas, ajudava-os nas tarefas e também era ajuda nas suas.

A aluna participava de atividades extraclasse, como canto e pintura à tinta, manipulando com habilidade os materiais necessários para a realização de seus trabalhos. Apresentou um grande talento para as artes. Inclusive, até hoje, guardo com carinho um quadro pintado por ela, que me foi dado no dia dos professores.

Tive a oportunidade de conhecer sua mãe. Por ser filha única, demonstra ter certo domínio sobre a mãe. Seus pais são separados, a mãe procurava estimular a autonomia da menina, fazendo com que a mesma procurasse interagir com as outras pessoas e resolver, oportunamente, seus próprios problemas. A participação da mãe nas reuniões e atividades escolares referentes à aluna era comum.

Havia um atendimento especializado para a aluna, por meio do professor itinerante. Na leitura e na escrita, ela não apresentava dificuldades. Procurava caprichar na escrita, apresentando uma excelente caligrafia. Demonstrava muito prazer em mostrar os trabalhos realizados por ela aos colegas.

Suas maiores “limitações” eram: pentear os cabelos, que sempre estavam na altura dos ombros, justamente para facilitar o penteado; e manusear a tesoura, que era substituída por atividades de corte de papel com as mãos. A aluna procurava sentar-se sempre nas primeiras cadeiras, pois necessitava de correção visual. Os colegas a ajudavam sempre que era preciso.

Sua “deficiência” não a impedia em nada de realizar suas tarefas. Seu rendimento escolar era bom, com bastante êxito em todos os aspectos da aprendizagem.

O segundo caso, da Aluna 2, é o de uma menina de 10 anos que, aos três anos de idade, teve uma semiparalisia que comprometeu os membros superior e inferior direito. Ela é proveniente de uma família de baixa renda, em que o pai biológico não se manifestou em seu nascimento, tendo ela convivido com a mãe e seu padrasto ao longo desses anos.

A Aluna 2 não freqüentava as aulas regularmente, devido aos problemas decorrentes de seu tratamento, no qual já havia passado por várias cirurgias, a fim de corrigir seu problema. Ficou internada, inclusive, durante um determinado período do ano, apesar disso, não houve grande comprometimento do percurso escolar.

Em relação à aprendizagem, havia bastante dinamismo e bom rendimento nas aulas. A referida aluna apresentava interesse em aprofundar seus conhecimentos, sendo que apreciava a leitura e a música.

Apresentava gosto em freqüentar as aulas e em participar de atividades lúdicas. Gostava de praticar esportes, em especial vôlei. Sempre que possível, procurava adaptar as regras dos jogos e brincadeiras às suas necessidades, para que pudesse participar ativamente das atividades.

Como pôde ser percebido, os dois casos se identificam pelo fato de que as alunas, mesmo apresentando deficiências físicas, não tiveram sua aprendizagem comprometida, podendo freqüentar a escola e participar ativamente das aulas.

Isso demonstra que a inclusão é para todos, independente do indivíduo e de suas necessidades, basta que a escola saiba acolhê-los.

A partir desses relatos de vidas, que muito chamam a atenção, é preciso que, enquanto professores e co-participantes do processo de aprendizagem, seja percebida a necessidade de abrir a escola para todos, que a inclusão faça parte do cotidiano escolar e que essas crianças Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais possam usufruir plenamente seu direito à educação. Por meio dessa experiência pessoal e da literatura sobre o tema Educação Inclusiva, inferem-se considerações acerca de uma atuação mais aberta no ensino regular, que possibilite uma educação para todos.

Não se trata somente de preparar e formar jovens para a sociedade, mas também “para si mesmos, para que se tornem seres livres, capazes de encontrar e preservar a unidade de sua experiência, através dos sobressaltos e vicissitudes da vida e da força das pressões exercidas sobre eles” (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p.140).

Sendo assim, deve-se lutar por uma educação edificante em todos os sentidos, que perceba a importância da educação inclusiva para a sociedade. Uma sociedade inclusiva requer mudanças, e o sistema educativo precisa oferecer condições para que também as pessoas com necessidades especiais tenham acesso igualitário ao ensino.

É preciso (re)pensar e (re)estruturar o sistema e a estrutura da educação convencional, a fim de que se diminuam e, quem sabe, possam ser eliminados os obstáculos que impedem que TODOS os educandos progridam, tornando o sistema educacional mais justo, coerente, eficaz e equânime. (idem, 2003, p.151)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que os alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais ainda se encontram sob um contexto em que, em um primeiro momento, não são vistos como pessoas capazes. Pode-se afirmar que os alunos são vistos por muitos professores a partir de um discurso técnico-científico, um discurso que apenas os julgam como alunos com “dificuldades físicas, cognitivas e mentais”.

É necessário perfurar a película que reveste o conceito e atingir a criança, permitir que esta se revele. Pensemos que incluir é possível. Devemos acreditar que todo aluno, mesmo que tenha alguma deficiência, é capaz, tem um potencial que precisa ser desenvolvido. As diferenças devem ser respeitadas e precisamos dar condições adequadas para que esses alunos possam viver plenamente sua cidadania e, sem dúvida, o vínculo afetivo não pode ficar de fora do processo, que acima de tudo é de amor.

A escola está inserida num contexto social como um espaço de convivência e troca de experiências, que sofre influências e se modifica. É necessário, pois, que se trate das questões que interferem na vida dos alunos e com as quais eles se vêem e confrontam diariamente.

De fato, há dificuldades expostas ao longo do processo de inclusão, mas estas não devem ser vistas como obstáculos intransponíveis. As deficiências não vão deixar de existir com a inclusão, porém, a aceitação poderá ser um dos maiores avanços proporcionados pela Educação Especial no mundo. A diversidade exerce importante papel nesse processo, no sentido de que haja uma verdadeira interação social, cabendo basicamente ao professor, que é o grande mediador, fazer a ponte necessária para estabelecer um ambiente em que a colaboração e a compreensão façam parte constantemente desse meio, o que poderá evitar futuras segregações do aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes. Os jogos no desenvolvimento e na formação da criança. In: Educação Lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2003.

ANDI. **Todas as diferenças na sala de aula.** Disponível em: http://www.andi.org.br/noticias/templates/boletins/template_direto.asp?articleid=9518. Acesso em: out. de 2005.

BRASIL. **Lei nº 3.218**, de 05 de novembro de 2003, publicada no DODF de 10.11.2003, art.1º ao 6º, Brasília: MEC/DF, 2003.

BRASIL. MEC – Ministério da Educação. **Programa de Capacitação de Recursos do Ensino Fundamental Educação Especial.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Educação Inclusiva** - Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

CENED – Centro de Educação a Distância. Educação continuada aperfeiçoamento em diversas áreas. **Inclusão Social.** Brasília: CENED/DF, 2005.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** Cap. V e VI., Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.107-134.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394/96**, art.58º ao 60º.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para um debate sobre o tema. São Paulo: Memmon – edições científicas, 1997.

_____. ESCOLA: A revista do Professor. **Fala Mestre.** Ano XX, nº182, maio de 2005.

SOUSA, Rita de Cácia V. M. de. **Aprendendo a aprender.** Brasília: UniCEUB, 2004.

WALLON, Henri. Psicologia e educação na infância. Lisboa, Portugal: Estampa, 1975.